

Olhar para dentro, escrever para fora: Segurança, emancipação e etnografia

João Terrenas¹

Introdução

Há qualquer coisa particularmente apelativa na teoria crítica. Confrontado entre a possibilidade de adotar uma perspetiva tradicional orientada para explicar o mundo e facilitar a reprodução da ordem social existente ou escolher uma abordagem crítica que procura questionar e transformar essa mesma ordem, e as suas instituições dominantes com o objetivo de reduzir desigualdades sociais, económicas e políticas, qualquer estudante das Relações Internacionais optará pela segunda opção. Mas talvez seja exatamente devido à sua natureza contra-hegemónica que a teoria crítica tem sido sistematicamente erradicada do currículo disciplinar em Portugal. Salvo raras exceções, a grande maioria dos alunos terminará os seus estudos sem ouvir falar de Karl Marx, Antonio Gramsci ou da Escola de Frankfurt, enquanto a minoria que os conhece terá acesso a pouco mais do que uma visão enviesada e frequentemente superficial da sua importância.

Esta lacuna torna-se especialmente vincada quando o tópico em causa é a segurança. Se não tivermos em conta os microcosmos académicos que se esforçaram por acompanhar o desenvolvido da disciplina para lá da nossa fronteira, encontraremos uma disciplina parada no tempo. No seio dos estudos de segurança ninguém sabe o que é a crítica, ninguém sabe para que serve a crítica, ninguém quer saber da crítica. Não poderia existir um contraste mais gritante com quase tudo o que se faz, produz, discute e publica

¹CIES - Centro de Investigação de Estudos de Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, jdmts@iscte.pt

sobre a segurança. Chegámos a um ponto onde, nas grandes capitais da produção de conhecimento, adotar uma postura crítica é tão comum que deixou de ser entendido como uma postura radical ou transgressiva. Ser crítico tornou-se uma pré-condição para autorizar o conhecimento sobre segurança, sobretudo na Europa, Canadá e Austrália. Mas num contexto onde as ciências sociais e as humanidades são cada vez mais sujeitas a pressões exógenas ao universo académico, a teoria crítica de segurança torna-se um objeto particularmente vulnerável.

Tona-se por isso particularmente importante, não só introduzir os estudos críticos de segurança, mas também recuperar o seu potencial crítico e emancipatório. Mais do que um instrumento teórico para desfazer a segurança, a crítica é uma ferramenta política para orientar a sua reconsideração. Mas sem um esforço sistemático e consistente para autorizar a produção de conhecimento crítico, tanto alunos como investigadores estabelecidos continuarão a enfrentar inúmeras dificuldades em comunicar com o universo académico e justificar tanto a importância como a validade do seu trabalho. As forças heteronímicas que condicionam a agenda disciplinar em Portugal não desvalorizam apenas a dedicação e persistência daqueles que estudam a segurança ao nível nacional ou global, como também limitam as suas possibilidades no futuro. A segurança nem sempre é crítica, mas a crítica é sempre sobre segurança. Estimular esta relação não é apenas uma necessidade pragmática numa conjuntura onde o léxico e os especialistas da segurança proliferam e invadem o nosso quotidiano a uma velocidade alucinante. Esse é um motivo importante, mas este exercício é sobretudo um requerimento para que a investigação realizada em Portugal se estabeleça no seio das discussões críticas sobre a segurança e contribua de forma mais sistemática para desestabilizar práticas contemporâneas de dominação e exclusão e para abrir também novos espaços em que é possível imaginar, prefigurar e materializar modos alternativos de ser e de estar.

Segurança, crítica e emancipação

Inspirado pela viragem pós-positivista nas Relações Internacionais, os estudos críticos de segurança estão alicerçados em dois compromissos complementares: desconstruir e reconstruir a segurança (Krause e Williams, 1997). A desconstrução visa investigar as práticas através das quais as configurações hegemónicas da segurança são socialmente

construídas e justificadas como necessárias e legítimas. Desconstruir implica descortinar a forma como certos assuntos e objetos são constituídos como ameaças à segurança, investigar os pressupostos subjacente às diferentes significações de segurança e desvelar a autorização de sujeitos e grupos específicos como referentes de políticas e práticas securitárias. A reconstrução visa demonstrar que existem discursos, conceitos e práticas alternativas de segurança e ajudar-nos a identificar qual dessas alternativas mais se adequa a um contexto ou caso específico. É nesse sentido que os estudos críticos de segurança estão ancorados num compromisso transformativo que vai para muito além da crítica às instituições, atores e práticas dominantes e pretende contribuir para a sua reconsideração e transformação. (Browning e McDonald, 2011; Nunes, 2012)

A intenção de vincular o conceito de segurança à noção de emancipação foi introduzida por Ken Booth (1991). Esta ideia serviu como suporte para o desenvolvimento de uma teoria crítica de segurança que assumiu uma posição central a emergência, desenvolvimento e consolidação dos estudos críticos de segurança como alternativa válida às abordagens tradicionais (Wyn Jones 1999; Nunes, 2014a). Também conhecida como Escola de Aberystwyth, esta teoria é caracterizada por três pressupostos específicos. Em primeiro lugar, considera o indivíduo como a unidade política primordial e referente definitivo de segurança. Em segundo, enfatiza a relação dialética entre a teoria e prática e sublinha a responsabilidade do investigador para com as relações de poder existentes. Em terceiro, é ancorada num compromisso ético e normativo em contribuir de forma explícita e proativa para a transformação emancipatória da segurança. (Booth, 2007; Basu e Nunes, 2013).

Contudo, dada a sua extraordinária ambição teórica, normativa e transformativa, operacionalizar esta teoria requer um quadro de pesquisa bastante complexo, desafiante e específico. Orientado pela lógica da crítica imanente, este quadro compreende um momento desconstrutivo e um momento reconstrutivo que se divide em seis passos metodológicos distintos.

O primeiro passo consiste em escavar os discursos hegemónicos de segurança com o objetivo de revelar os interesses políticos e pressupostos teóricos que os sustentam. Para esta abordagem o conceito de segurança deriva sempre de uma conceção do que é e para quem serve a política e que, conseqüente predefine o que é e para quem serve a segurança. Por outras palavras, os conceitos e práticas de segurança não refletem

meramente a realidade da insegurança, mas interesses de grupos específicos e a sua concepção de quem deve ser protegido, do quê, por quem e como. O segundo passo consiste em descortinar a existência de discursos e práticas alternativas de segurança. Através deste exercício, a segurança como emancipação visa considerar as ameaças que afetam um leque mais alargado de referentes indivíduos, comunidades ou regiões). Este movimento permite-nos deslocar ainda mais as narrativas principais sobre a segurança e, ao fazê-lo, demonstrar que já existem outras possibilidades para imaginar e construir segurança. (Booth, 2007: 150-60PP; Wyn Jones, 1999PP)

A ligação entre desconstrução e reconstrução requer aprofundar e ampliar novamente o enfoque analítico, mas desta vez sobre a insegurança. Este aprofundamento consiste em explorar as inseguranças quotidianas, localizadas e contextuais que afetam comunidades e indivíduos colocados sistematicamente numa posição de vulnerabilidade. É esse movimento que nos permite contestar a equivalência entre a noção de segurança e sobrevivência, ao demonstrar que estar vivo e estar seguro não são sinónimos e, dessa forma, reconsiderar a segurança como um meio para reduzir as vulnerabilidades e promover a emancipação destas populações. Ampliar o enfoque analítico, o quarto passo, tem como objetivo explorar o carácter multidimensional da insegurança e o conjunto de relações e estruturas que contribuem, direta ou indiretamente, para condicionar a liberdade e o bem-estar desses grupos e indivíduos (Nunes, 2014b).

Enquanto o primeiro e segundo passos analíticos consistem no aprofundamento e alargamento da segurança, o terceiro e quarto mobilizam o mesmo esforço para as condições de insegurança. É este exercício que sustenta os dois momentos finais de uma análise emancipatória e que se orientam para a reconstrução da segurança.

O quinto passo consiste em localizar as possibilidades imanentes para reduzir as condições de insegurança. A transformação emancipatória compreende diferentes temporalidades e, nesse sentido, deve considerar possibilidades a curto-prazo, em termos de contestação, resistência e subversão, a médio prazo, em termos de modificações nas subjetividades e relações que contribuem para naturalizar a insegurança, e mudanças a longo-prazo, em termos das estruturas, normas e instituições que contribuem para evitar a sua reincidência. O último passo é o exercício de uma reflexividade emancipatória, através do qual o investigador deve reconhecer o impacto da sua identidade e posição nas diferentes fases do projeto, refletir sobre o seu papel e

responsabilidade em reproduzir ou transformar as relações de insegurança, garantir que existe um alinhamento claro entre os meios e os fins da emancipação e, finalmente, problematizar o seu carácter contextual e contingente. (Basu, 2011)

Pessoas reais, lugares reais e os limites da segurança como emancipação

O edifício teórico da segurança como emancipação assenta na promessa de produzir uma crítica orientada para as pessoas reais em lugares reais. É deste exercício que depende a sua capacidade de desconstruir e reconstruir a segurança. O engajamento das pessoas reais em sítios reais permite a esta teoria cumprir quatro objetivos.

Em primeiro lugar, para esta abordagem as inseguranças quotidianas são consideradas como o ponto de partida para contestar as narrativas securitárias dominantes e expor, de forma clara e inequívoca, as contradições entre a teoria e a prática. É através das mesmas que podemos demonstrar os silêncios e exclusões naturalizados através das conceções tradicionais de segurança, uma vez que estas não se limitam a rasurar as preocupações da grande maioria da população no planeta mas contribuem para a sua sedimentação como questões não-securitárias e de prioridade reduzida na agenda global. Ao mesmo tempo, esta lente também possibilita demonstrar que ao considerar a segurança e a insegurança de forma técnica e superficial, as abordagens mais convencionais tendem a negligenciar os fatores estruturais envolventes que estão, não raras vezes, na raiz dessa insegurança frequentemente vinculada à lógica racista, machista, capitalistas, elitista e colonial que subjaz nas configurações de segurança contemporâneas. (Booth, 199; Nunes, 2016)

Em segundo, para esta teoria são as vidas oprimidas que dão um significado concreto à condição de insegurança e ao conceito de emancipação em contextos específicos e que, por conseguinte, nos permitem julgar as possibilidades já existentes para atualizar esse potencial em termos de discursos, ideias, instituições e práticas. Esta abordagem não pretende impor uma visão da emancipação de cima para baixo, mas investigar o carácter da insegurança e problematizar as diferentes possibilidades para a mitigar. É através do engajamento com as experiências de insegurança que é possível compreender o significado e as possibilidades para a emancipação num determinado contexto. (Basu, 2011)

Além disso, este engajamento permite assegurar que as expectativas e interesses dos grupos sistematicamente excluídos são incorporados na reconceptualização da segurança nas suas vertentes teórica e prática, ou seja, quer na definição de agendas alternativas de segurança quer na delineação de políticas securitárias. Por último, é através desta proximidade analítica que é possível colaborar horizontalmente com estes grupos e trabalhar em parceria para modificar as suas condições de insegurança. Neste caso, o propósito reside em assegurar que as vítimas são os arquitetos e construtores da sua própria segurança, ao invés de meros recipientes de práticas e ideias impostas a partir do exterior. Em suma, todo o edifício teórico da segurança como emancipação assenta num compromisso epistémico e normativo em compreender, registar e colaborar na transformação das inseguranças de pessoas reais em sítios reais.

Todavia, esta abordagem não possui as ferramentas metodológicas necessárias para traduzir esta conceção da crítica imanente da teoria para a prática. Se por um lado vários autores problematizaram a questão da metodologia e de como alinhar os pressupostos emancipatórios com o desenho de pesquisa e as questões de investigação orientadas para a crítica da segurança (Basu, 2011; Nunes, 2014a), por outro lado existe um claro défice em relação às questões de método e de quais os instrumentos de investigação que nos podem permitir operacionalizar tais pressupostos e em que contextos. Neste aspeto, o debate foi limitado a pequenos recortes que sublinham a orientação pós-positivista desta abordagem e a possibilidade de combinar diferentes estratégias e métodos desde que alinhados com os pressupostos emancipatórios (Booth, 2007; Basu e Nunes, 2013). Apesar disso, até ao momento ainda não existir qualquer tipo de discussão sistemática sobre as diferentes estratégias de investigação que podem contribuir para a agenda emancipatória nos estudos críticos de segurança.

Esta lacuna cria importantes limitações que comprometem a sua capacidade de realizar os seus compromissos analíticos, normativos e praxeológicos. Curiosamente, os debates críticos em torno da segurança têm-se debruçado sobre as questões da metodologia e do método, salientando a necessidade de assegurar a adequação das estratégias de investigação aos compromissos das diferentes teorias (Shepherd, 2013), como também sobre reconsiderar os critérios que orientam e validam a produção de conhecimento crítico sobre segurança (Salter e Mutlu, 2013). Esta discussão foi consolidada por um esforço para reimaginar o método não como uma simples ferramenta de extração e interpretação de conhecimento, mas como uma prática social com implicações na

sedimentação das relações de poder e que, por esse motivo, tem também a capacidade de interferir nestas relações em favor do conhecimento e dos povos subjugados. (Aradau e Huysmans, 2013)

Etnografia, colaboração e reflexividade

A etnografia oferece um repertório de ideais e instrumentos particularmente adequados para corrigir o défice metodológico que persiste na teoria da segurança como emancipação. A etnografia não representa um método de investigação, mas uma metodologia que agrega diferentes estratégias especialmente apropriadas para produzir uma interpretação aprofundada de um contexto, fenómeno, ou grupo social específico. A investigação etnográfica pode ser conduzida através de um vasto leque de métodos como observação participante, entrevistas, fotografia, documentário, análise documental, grupos de foco, ou questionários, por exemplo. Contudo, todo trabalho etnográfico requer sempre a existência de uma proximidade entre o sujeito observante e o sujeito observado assim como a imersão por largos períodos do primeiro no contexto do último.

A história da antropologia está intimamente vinculada ao desenvolvimento da antropologia etnografia e ambas podem ser divididas em quatro fases distintas. A primeira foi o período da antropologia amadora, em que o trabalho etnográfico era produzir por exploradores e viajantes sem qualquer tipo de relação ao mundo académico. Foi com base nestes registos que a antropologia começou a ser profissionalizada, utilizando-os como base empírica para teorizar o desenvolvimento humano. Contudo, foi apenas durante a terceira vaga que a antropologia se dedicou sistematicamente a questões metodológicas e passou a considerar o contacto direto com os grupos e indivíduos sob investigação como uma pré-condição para a condução do trabalho etnográfico. Por fim, nas últimas décadas, a antropologia foi assombrada por uma crise disciplinar que se caracteriza por uma crescente consideração pelas camadas epistemológicas, éticas, políticas e textuais inerentes ao trabalho etnográfico. (Bunzl, 2005)

É sobretudo durante esta última fase que a etnografia começa a ser associada com a crítica, colaboração e a democratização do conhecimento (Tedlock, 2008). Se por um lado os etnógrafos começaram a prestar uma maior atenção às questões da

reflexividade, por outro houve uma retrospeção crescente em relação ao papel social e político do antropólogo, visto agora não como um cientista em busca de conhecimento, mas como um ativista em busca da mudança. É neste contexto que se começa a reconhecer o vínculo colonial dos primeiros trabalhos etnográficos e o contributo da antropologia para reificar e perpetuar lógicas de violência, dominação e exclusão (Geertz, 1988). Esta reflexão abriu a possibilidade de desenvolver modalidades etnográficas experimentais e colaborativas, desenhadas para reequilibrar a assimetria de poder entre o sujeito investigador e o sujeito investigado e materializar os compromissos reflexivos e emancipatórios da nova etnografia (Marcus e Fischer, 1986). É neste contexto que encontramos os recursos metodológicos que mais se adequam aos pressupostos da segurança como emancipação.

Autoetnografia: Da participação observante à observação da participação

A etnografia é frequentemente associada à participação observante. Apesar de contestada, esta ideia denota a realização de pesquisa através do engajamento ativo com as comunidades investigadas sem se tornar nativo. Nos primórdios da antropologia, a pesquisa etnográfica resultava essencialmente em dois tipos de obra. O primeiro consistia em livros e artigos académicos orientados por um conjunto de princípios científicos mais ou menos definidos no qual o investigador oferecia uma descrição objetiva da comunidade, ou contexto social, com o objetivo de compreender o ponto de vista nativo. O segundo tipo era a obra autobiográfica onde o investigador descrevia, em forma de diário ou memória por exemplo, as suas experiências no terreno a partir da sua própria perspectiva. Esta divisão do trabalho servia como um mecanismo disciplinar que visava demarcar a separação entre o conhecimento objetivo e subjetivo e, dessa forma, preservar as aspirações científicas da antropologia. Contudo, o desabrochar da etnografia reflexiva e o desenvolvimento da autoetnografia veio desestabilizar de forma irreversível esta dicotomia.

Ao combinar o estilo etnográfico e autobiográfico, a pesquisa autoetnográfica emergiu como um mecanismo privilegiado para mitigar a divisão artificial entre objeto e sujeito e a violência inerente a esta divisão binária, reconhecendo que as experiências, condições e emoções do investigador se entrecruzam e moldam tanto o processo como o produto de pesquisa (Ellis, 1991). O objetivo do trabalho autoetnográfico não é

simplesmente descrever as experiências, reflexões ou expectativas do investigador. Trata-se sim de sujeitar o sujeito que investiga ao mesmo tipo de escrutínio a que os sujeitos de investigação são sujeitos. Não é, portanto, um exercício que visa contar retroativamente como a relação entre investigador e investigador se desenvolveu mas, acima de tudo, desvelar as diferentes formas em que esta contribuiu para formular e transformar a conceptualização, desenvolvimento e produto de investigação.

O desenvolvimento da autoetnografia marca assim uma mudança radical do enfoque etnográfico como um processo de observação participante que passa a ser acompanhado pela observação da participação (Tedlock, 1991). Ao colocar em primeiro plano as subjetividades do investigador, a autoetnografia permite-nos considerar as dimensões corporais e afetivas como fontes legítimas de conhecimento, abrindo novas possibilidades éticas, políticas, afetivas e estéticas para compreender e escrever o mundo (Ellis, 1991). Apesar das diferentes formas de operacionalizar a autoetnografia, todas visam desvelar as hierarquias e desigualdades inerentes à produção e conhecimento e expandir alcance evocativo da etnografia a um público mais alargado (Fassin, 2017). Para além disso, esta abordagem pode também servir uma função terapêutica, tanto para quem escreve como para quem lê. Ao estabelecer uma ética relacional para a investigação, a autoetnografia contribui para reduzir a distância artificial entre a ciência e o mundo que as aspirações objetivistas tanto se esforçaram para esconder. (Ellis, 2007)

Etnografia colaborativa: de informante a coautor

Um segundo desenvolvimento crítico na pesquisa antropológica tem que ver com o desenvolvimento e consolidação da etnografia colaborativa. A colaboração também tem sido um aspeto inerente e fundamental ao processo etnográfico. Sem a autorização e colaboração ativa das comunidades e indivíduos estudados, seria impossível produzir uma análise detalhada e verdadeiramente compreensiva das suas vidas e experiências. Todavia, foi apenas nas últimas décadas que esta visão estática e circunscrita da colaboração foi sujeita a uma reconsideração crítica (Holmes e Marcus, 2008). Para os antropólogos orientados por uma sensibilidade crítica, a colaboração não deve ser considerada apenas como um requisito metodológico da etnografia, mas como uma responsabilidade ética que acompanha e orienta todo o processo de investigação.

Segundo estes, é insuficiente assumir um compromisso em compreender e melhorar as condições dos grupos sistematicamente marginalizado sem desenvolver de forma sistemática e reflexiva formas de materializar esse compromisso. A etnografia colaborativa oferece essa oportunidade.

Na etnografia colaborativa os sujeitos de investigação não são considerados apenas informadores, ou seja, alguém que fornece ao investigador acesso a dados e contextos que são posteriormente analisados e interpretados, mas como consultores e coautores do projeto, ou seja, como alguém que participa ativamente em todas as etapas do processo etnográfico, incluindo a conceptualização do problema, a definição das questões de investigação, o desenho de pesquisa, a realização e análise de entrevistas bem como nos processos de redação, publicação e divulgação do projeto. Neste sentido, a colaboração tem como função materializar um compromisso em produzir trabalhos etnográficos cuja relevância ultrapassa o debate e contexto académico e que serve, principalmente, para melhorar a vida daqueles que são o foco da pesquisa. Ao alargar a parceria investigador-investigado, esta estratégia permite ao segundo ter uma maior influência sobre a forma como a sua vida é representada e, assim, ampliar o seu potencial impacto na definição de políticas orientadas para resolver essa situação.

A grande maioria da investigação colaborativa é sustentada por um conjunto de princípios. Em primeiro lugar, a pesquisa colaborativa rejeita a tendência para coleccionar as vozes perspectivas dos sujeitos sob investigação e posteriormente reduzi-las através de um filtro teórico. Reconsidera indivíduos e grupos não como objetos? do conhecimento, mas como produtores de conhecimento que desenvolvem as suas próprias teorias do mundo e que não devem ser simplesmente traduzidas e consequentemente apagadas pelo vocabulário académico. Segundo, a colaboração é concebida como um método horizontal que pretende reduzir a assimetria de poder entre investigador e investigado, envolvendo o último com participante ativo em todas as fases do projeto. Terceiro, a colaboração visa desafiar as hierarquias estabelecidas na produção de conhecimento, mobilizando os mecanismos que autorizam as ciências sociais para validar formas indígenas de conhecer, ser e estar no mundo. Por último, a etnografia é reconsiderada como um ato de engajamento público e intervenção social. Ao ser apresentada num registo mais acessível, o processo de colaboração tem como objetivo atingir um público mais alargado e, dessa forma, ampliar o potencial imanente na investigação para transformar o mundo. (Lassiter, 2005)

Etnografia, crítica e segurança: o mundo de carne e osso

Os estudos críticos de segurança têm sido pautados por um interesse crescente pela etnografia. Em traços gerais, a literatura resultante desta viragem etnográfica pode ser separada em duas linhas distintas, mas complementares. A primeira consiste num movimento para fora e que pretende produzir uma compreensão mais rigorosa e reflexiva sobre a relação entre a exclusão e a insegurança de grupos e indivíduos marginalizados e as práticas contemporâneas de segurança, assim como as estratégias articuladas para resistir e transformar essas práticas. O segundo é um movimento para dentro com o objetivo de tornar explícita a voz do investigador, desestabilizar o estilo de escrita académica dominante, reforçar o papel da reflexividade como componente central da análise crítica e, finalmente, autorizar a dimensão pessoal e afetiva como fonte legítima de conhecimento. Em conjunto, as duas linhas partilham um compromisso ético e operacional em reduzir a distância entre a disciplina e o mundo.

Escrever para fora

Ao colocar vozes sistematicamente silenciados pelos estudos de segurança, a etnografia oferece a possibilidade de estudar o mundo de baixo para cima, envolvendo-se diretamente com as lutas e experiências dos sujeitos da insegurança em vez de mobilizar categorias abstratas de conhecimento que, não raras vezes, distorcem e simplificam a sua condição. Este exercício tem-se provado tanto um desafio como uma oportunidade. Por um lado, a procura por uma sensibilidade etnográfica forçou estudantes e investigadores a ir para lá da análise de textos e das entrevistas a elites políticas ao confrontarem-se com a complexidade e contingência do quotidiano. Por outro, ofereceu-lhes também um extraordinário conjunto de ferramentas interpretativas especificamente desenhadas para compreender e discutir as preocupações, lutas e expectativas daqueles que estão colocados sistematicamente numa posição de vulnerabilidade.

O interesse pela etnografia reflete uma frustração crescente com o elitismo impregnado nas categorias de conhecimento dominantes no estudo da segurança. Para a grande maioria dos autores investidos na viragem etnográfica, apesar do impulso radical da viragem do trabalho pós-positivista, a literatura resultante continua a ser vincada por um

enfoque quase exclusivo nos discursos e práticas das elites e dos profissionais, ampliando assim o silêncio sobre uma grande parte dos atores e práticas que contribuem ativamente para a prossecução e transformação da política à escala local e global (Vaughan-Williams e Stevens, 2016). Para estes, não existe só uma tendência para reificar o estado como principal nível de análise; sempre que o enfoque da investigação se encontra reduzido ao indivíduo este continua restrito aos que círculos de poder. Esta lógica acabou por reforçar a invisibilidade daqueles cujo quotidiano mais é afetado pela política e consequentemente marginalizar ainda mais os seus interesses e experiências do contexto académico. Em contrapartida, a etnografia prometia a possibilidade de estudar o mundo de baixo para cima. Ao colocar em primeiro plano os mundos marginalizados, o vocabulário etnográfico torna-se a ferramenta perfeita para reintegrar no projeto crítico as vozes silenciadas.

Além disso, este movimento também reflete uma insatisfação com o caráter limitado e superficial com que o registo etnográfico vinha sendo apropriado pelos estudantes de segurança. Alguns comentadores sugeriram que quando os investigadores se debruçavam sobre a dimensão quotidiana da política internacional e securitária, adotavam uma visão simplista, paroquial e desatualizada da etnografia reduzindo-a a um instrumento para colecionar e interpretar dados ou a uma justificação para adotar um estilo narrativo diferente. Os poucos estudos que se engajaram diretamente com as experiências e relações de grupos marginalizados poderiam ser facilmente acusados de reificar uma versão redutora e superficial das suas vidas, relações, experiências e subjetividades. (Vrasti, 2008)

Para os que estão apostados na viragem etnográfica não basta dar voz aos grupos subordinados. É também necessário permitir que estes estejam vivos e que a sua agencialidade esteja vincada no texto. É necessário, por outras palavras, garantir que os indivíduos e grupos mais vulneráveis não são tratados como vítimas passivas das práticas e lógicas securitárias, mas como agentes comprometidos em resistir às relações de poder que as tornam possíveis (Johnson, 2013). A etnografia promove o sujeito da insegurança de recetor a produtor de conhecimento, com a capacidade de articular as suas próprias categorias de análise e promover práticas alternativas de segurança. Adotar uma postura etnográfica significa evitar a tendência de filtrar estas experiências através de um vocabulário metateórico que restringe a agencialidade e predefine os limites daquilo que é considerado relevante nas experiências e relações quotidianas

(Johnson, 2016). Assim, a etnografia autoriza os sujeitos da insegurança como autores e construtores da sua própria história, ao mesmo que fortalece a nossa capacidade para registrar as estratégias através das quais estes grupos resistem e transformam as lógicas, instituições e práticas hegemônicas.

Olhar para dentro

A utilização da etnografia com o objetivo de olhar para dentro reforçou esta lógica e contribuiu para desafiar ainda mais as lógicas disciplinares estabelecidas e questionar, de forma mais sistemática, tanto a problemática da voz acadêmica como as possibilidades analíticas, éticas e políticas forjadas pela sua acentuação. Apesar deste interesse se ter iniciado há mais de três décadas, foi a partir do trabalho de Roxanne Doty (2004) que o interesse pela autoetnografia começou a consolidar-se. Para esta autora, apesar das diferenças evidentes entre as abordagens críticas e tradicionais, ambas continuam unidas por uma característica distinta: a sua forma de escrever o mundo. Independentemente das divergências teórico-epistemológicas, a investigação continuou a adotar um estilo de escrita no qual a autoridade científica do texto requer a ausência do autor.

Para Doty, esse silêncio não tipifica apenas uma forma de violência disciplinar através da qual a identidade e subjetividade de quem investiga são higienizadas, mas também amplia a distância entre o sujeito que escreve, o sujeito que lê e o sujeito do conhecimento. Ao rejeitar esta lógica e considerar a percepção do autor como elemento legítimo e indispensável do trabalho acadêmico, a autoetnografia oferece aos investigadores a possibilidade de recuperarem a sua própria voz e, ao fazê-lo, ampliarem a relação da sua pesquisa com o mundo que esta ajuda a materializar.

Nessa linha, o interesse pela sensibilidade autoetnográfica tem sido mobilizado especialmente para reconsiderar quatro questões centrais ao projeto crítico: realidade, poder, ética e reflexividade (Dauphineé, 2010). Em primeiro lugar, ao alargar o leque de possibilidades para interpretar e escrever o mundo, a escrita autoetnográfica também amplia as realidades a que esta pode chegar. Este estilo de olhar e escrever o mundo torna públicas as vozes e emoções que, apesar de sistematicamente rasuradas pelas convenções que estruturam a produção de conhecimento científico, têm um impacto que está longe de ser apenas marginal na conceptualização, operacionalização e produto da

pesquisa. A autoetnografia força o investigador a confrontar as suas próprias ambições e receios e posiciona a dimensão afetiva e emocional como uma fonte legítima de conhecimento (Lowehnheim, 2010). Ao fazê-lo, torna também particularmente visíveis as relações de poder que são intrínsecas ao ato de produzir conhecimento, assim como as lógicas de violência e dominação inscritas na prática de escrever e representar o mundo.

Adotar uma sensibilidade autoetnográfica permite esclarecer as posição e opções do investigador ao longo do processo de investigação, ao mesmo tempo que se tornam claras as condições e dilemas que as tornaram possíveis em primeiro lugar. Em contraste com a visão canónica do conhecimento científico, esta estratégia faz-nos responsáveis por aquilo que escrevemos e por aqueles sobre os quais escrevemos (Dauphineé, 2010). Além disso, ao considerar a nossa própria perspetiva como ponto de partida, a autoetnografia leva-nos a questionar as lógicas e relações disciplinares através dos quais a nossa voz e subjetividades são construídas, as convenções implícitas sobre o que é conhecer e produzir conhecimento e a reconhecer que, ao disciplinar o sujeito que investiga, estas disciplinam o sujeito da investigação. Em traços breves, a autoetnografia permite relatar de forma detalhada as estratégias que, ao demarcarem como podemos pensar e escrever sobre o mundo, a disciplina também reifica certos limites sobre os mundos que podem emergir através da escrita. (Naumes, 2015)

Por fim, a autoetnografia coloca em primeiro plano a questão da reflexividade. Ao colocar o autor e a relação com a escrita e com o mundo, a autoetnografia inevitavelmente sublinha a questão da posicionalidade. Ao colocar as nossas intuições, expectativas, emoções, incertezas e intenções no centro da investigação, ela ajuda-nos a ser mais explícitos sobre os dilemas que ocorrem ao longo do processo, ou seja, antes, durante e depois da pesquisa (Neumann e Neumann, 2015). Ao mesmo tempo, a escrita autoetnográfica acaba por levantar questões sobre até que ponto devem a nossa perspetiva e voz estar inscritas no produto final. Expor a nossa perspetiva não é suficiente nem compreende o objetivo da etnografia. Pelo contrário, trata-se de um exercício crítico orientado para desestabilizar os modos dominantes de pensar e escrever o mundo com o objetivo de levantar e explorar questões que de outra forma permaneceriam esquecidas.

Fotografar, filmar e colaborar

Para a segurança como emancipação, a crítica e reconsideração da segurança requer colaborar com os mais vulneráveis com vista a transformar as estruturas e relações de poder responsáveis pela sua insegurança. A etnografia colaborativa oferece uma potencial oportunidade para corrigir este défice metodológico e desenvolver uma modalidade de investigação horizontal que incorpore os membros da comunidade sob investigação e os seus conhecimentos em todas as fases do projeto.

A etnografia colaborativa enfatiza não apenas a dimensão processual da investigação, mas também o seu impacto social e político. Assim como a maioria do trabalho etnográfico, esta estratégia assume o compromisso de aproximar o trabalho académico do público em geral. Colaborar é visto como estratégia que permite estabelecer e aprofundar as ligações afetivas e éticas entre os dois mundos e que, posteriormente, podem ampliar o potencial da investigação em contribuir direta e indiretamente para a transformação social, política ou económica. Não reconsidera apenas o conceito de colaboração mas também a noção de escrita, identificando outros veículos de produção de conhecimento que nos oferecem uma lente mais radical, transparente e horizontal do que a palavra no papel. Fotografia, filme, documentário ou teatro são considerados como estilos de pesquisa e divulgação que materializa o ethos colaborativo, relacional e transformativo desta abordagem. A colaboração exalta não só a forma, mas sobretudo o propósito do conhecimento etnográfico.

Existem pelo menos dois meios para operacionalizar a investigação colaborativa que podem ser particularmente úteis para a segurança como emancipação. Produzidos reflexivamente, tanto o trabalho através da fotografia como do filme ou documentário conseguem evitar as limitações inerentes à representação naturalista e humanista do mundo e desenvolver um estilo de investigação dialógico e pluralista que coloque em evidência os interesses e experiências de pessoas reais em sítios reais. Ao comunicar visualmente, a etnografia colaborativa democratiza o conhecimento e expande a capacidade da crítica emancipatória para alcançar um público mais alargado. Assim, amplia o seu potencial impacto na transformação de estruturas, relações ou instituições existentes que reproduzem desigualdades sociais, económicas e políticas. A vida das pessoas reais em sítios reais deixa de ser apenas o foco da pesquisa emancipatória e passa a ser também meio e finalidade da emancipação.

A estratégia de foto-voz é particularmente apropriada para operacionalizar um projeto de investigação através da colaboração e orientado pela ideia de emancipação. A foto-voz consiste num método em que a fotografia é mobilizada para resgatar a voz do sujeito investigado (Wang e Burris, 1997). Esta estratégia requer a distribuição de máquinas fotográficas aos membros da comunidade para capturar aspetos importantes do seu quotidiano através de fotografias que posteriormente são utilizadas como ponto de partida para refletir coletivamente sobre essa questão (Sutton-Brown, 2014). As fotos mais representativas são selecionadas em colaboração com os seus autores e apresentadas ao público. Contudo, a foto-voz exige um diálogo constante em todas as fases de produção, especialmente no que respeita aos impasses éticos que permeiam qualquer empreendimento fotográfico construído em parceria com comunidades marginalizadas. A foto-voz é especialmente adequada para facilitar a reflexão, promover o diálogo coletivo e aumentar a capacidade das comunidades mais vulneráveis em influenciar a formulação de políticas e atividades orientadas para as questões que lhes dizem respeito. (Liebenberg, 2018)

O filme e o documentário colaborativo são outras estratégias que podem ser incorporados nesta perspetiva. Assim como a foto-voz, ambos oferecem um método pluralista, reflexivo e multivocal de investigação através do qual a relação entre o observador e o observado se estreita com o objetivo de revelar dimensões da realidade que não ser capturadas pelas modalidades de representação textual. Na produção de filmes e documentários colaborativos, colaborar não significa cooperar, ou seja, uma prática em que os sujeitos sob investigação se limitam a consentir o estudo e aconselhar o investigador (Ruby, 1992). Trata-se de incorporar de forma rigorosa e sistemática as ideais dos membros da comunidade em todos os aspetos do filme, desde a seleção do problema onde recairá o enfoque, à construção dos textos e representações, às decisões de pós-produção, bem como a moderação da discussão após a exibição do filme. (White, 2003)

Para ser fiel ao seu propósito, a segurança como emancipação deve reconhecer a importância da visualidade na representação, legitimação e transformação da segurança. Como referido por vários autores, as imagens são parte essencial nas condições que tornam possíveis certas decisões e políticas securitárias, seja ao legitimar intervenções militares e missões humanitárias ou evitar a plena integração de migrantes e refugiados nas comunidades de acolhimento (Bleiker et al., 2013). A visualidade ajuda a construir e

sedimentar sensibilidades coletivas que sustentam a legitimidade de decisões políticas. É, não raras vezes, através de imagens que certas concepções de ameaça e insegurança, e as práticas que dela resultam, entram na esfera pública e se tornam aceites como necessárias e legítimas. Mas a imagem também pode funcionar como um ponto de entrada para contestar práticas securitárias existentes, resistir a relações de poder desiguais ou empoderar os grupos marginalizados. O compromisso com a imagem, e a sua relação com a produção de segurança e insegurança, não cria apenas oportunidades analíticas e metodológicas para a investigação crítica da segurança; também oferece um leque de ferramentas pedagógicas àqueles que a estudam. (Roberts, 2018)

A visualidade é mais do que uma dimensão que torna a segurança possível; é também um ponto de partida privilegiado para a sua crítica e reconsideração. A imagem oferece uma lente especialmente sofisticada para contestar os silêncios que a segurança reproduz, obter uma interpretação mais detalhada da insegurança e multiplicar a agencialidade das pessoas reais em sítios reais. Ao posicionar grupos e indivíduos particularmente vulneráveis ao centro da produção de conhecimento e permitir-nos trabalhar lado a lado para alterar essa condição, a etnografia colaborativa oferece um recurso metodológico particularmente adequado à segurança como emancipação. Ao democratizar a produção de conhecimento e ampliar o alcance da teoria crítica, a colaboração etnográfica permite-nos evitar a tendência de falar sobre o mundo em vez de falar com o mundo e para o mundo.

Transformar as subjetividades, transformar o social

A segurança como emancipação considera a dimensão pessoal como uma fonte legítima de conhecimento (Booth, 1997). Por isso, esta abordagem coloca a reflexividade como uma componente essencial de qualquer trabalho emancipatório, sublinhando a relevância de ter em conta não só o impacto da produção de conhecimento no mundo como também o impacto do mundo na produção de conhecimento. A reflexividade está umbilicalmente vinculada ao compromisso emancipatório em reduzir as inseguranças de pessoas reais em sítios reais. O primeiro representa uma pré-condição para o segundo, uma vez que só através da reflexividade é possível assegurar que a análise crítica e reconsideração da segurança se encontra alinhada com os interesses dos grupos e indivíduos sistematicamente negligenciados pela sociedade. Todavia, até ao presente a

teoria da segurança como emancipação ainda não demonstrou exatamente que tipo de relação existe entre estas duas dimensões, ou seja, em que medida a reflexividade do investigador pode funcionar como uma potencial estratégia para desconstruir e reconstruir as ideias, relações e práticas de segurança.

A autoetnografia é particularmente útil para corrigir este problema. Para grande parte dos etnógrafos, esta abordagem deve ser considerada como uma estratégia transformadora, uma vez que provoca a consideração sistemática da relação entre a nossa vida pessoal, em termos de experiências formativas, trajeto social, educação e predisposições subjetivas e as condições de insegurança que afligem pessoas reais em sítios reais (Ellis, 2004). Ao legitimar a dimensão pessoal do investigador como ponto de partida, esta abordagem força-o também a considerar as forma como o conhecimento que este produz e as suas ações quotidianas ajudam a reforçar ou contestar estruturas e relações de poder e desigualdade. A reflexividade, no sentido promovido pela autoetnografia, permite garantir a coerência entre os nossos compromissos epistemológicos, normativos e transformativos e os fins que mobilizamos para os alcançar. Por outras palavras, serve como método para ativar o compromisso em estudar e transformar o mundo.

É neste sentido que a autoetnografia se pode tornar um recurso importante para a segurança como emancipação. Ao autorizar a perspetiva pessoal como uma ancoragem e ponto de partida legítimo para a produção de conhecimento crítico, este método é particularmente útil para revelar e reforçar a relação ética e afetiva entre quem escreve e quem lê, bem como entre o investigador e o investigado. Esta estratégia permite que o investigador orientado pelo projeto emancipatório revele de forma mais reflexiva e sistemática a multiplicidade de relações através das quais escrever sobre segurança é um ato performativo e constitutivo, tanto da condição de insegurança como dos discursos, instituições e políticas securitárias.

Além disso, a autoetnografia tem um extraordinário potencial pedagógico ao encorajar estudantes e investigadores a reconhecer a sua própria relação e papel em reificar, resistir e transformar as narrativas e práticas hegemónicas de segurança. Ao realçar a forma como as disposições subjetivas do investigador e considerar a investigação crítica da segurança como algo mais do que um procedimento linear de recolha e interpretação de dados, a autoetnografia permite à segurança como emancipação demonstrar o caráter

incerto, experimental e imprevisível da investigação e, dessa forma, destabilizar visões dogmáticas da produção de conhecimento, sublinhando ainda as relações afetivas que caracterizam necessariamente todo o trabalho de pendor crítico e emancipatório.

A sensibilidade autoetnográfica força a segurança como emancipação a ser transparente sobre o seu posicionamento ético e preferências metodológicas, mas também sobre as suas próprias incertezas e limitações. Ao colocar-nos à frente e no centro da investigação, desmistifica a concepção tradicional do investigador como uma máquina objetiva e racional de produzir conhecimento, reconsiderando-o antes como um ser reflexivo e emocional que, na sua tentativa de conhecer e escrever o mundo, também constrói novas relações afetivas que transformam a sua própria forma de ser, estar e saber. Este método tem um vasto potencial pedagógico para quem escreve e quem lê a crítica de segurança, permitindo ao leitor compreender melhor o processo e o compromisso da investigação crítica e abrindo o resultado da mesma a um escrutínio mais alargado. Isto, de forma simples, aumenta a inteligibilidade das abordagens teóricas ao nível operacional e, dessa forma, aumenta a probabilidade de serem utilizadas por estudantes comprometidos em investigar a segurança a partir de uma postura crítica e emancipatória. (Mutlu, 2015)

Na tentativa de ativar a reflexividade na sala de aula, a etnografia performativa também pode ajudar a expandir o potencial crítico da segurança como emancipação. Neste caso, ao levar os estudantes a refletir e simular as experiências e relações quotidianas dos grupos e indivíduos estudados como se esta fosse a sua própria vida, ajuda-os a desenvolver uma sensibilidade crítica em relação às inseguranças das populações em causa (Hamera, 2018). Através da performance etnográfica, os estudantes vão para além de ler e escrever sobre o mundo; são forçados a agir sobre o mesmo. É neste sentido que a etnografia e a autoetnografia performativa oferecem uma pedagogia crítica, uma pedagogia de esperança, resistência e libertação para as lutas sociais contemporâneas, que transformam a educação numa prática de libertação (Denzin, 2003a; Mienzakowski, 1995). Não são apenas métodos revolucionários, mas a revolução em si mesma.

Em suma, a segurança como emancipação foi uma das pioneiras no reconhecimento da dimensão pessoal como uma fonte válida e legítima para a produção de conhecimento crítico sobre a segurança. Esta discussão demonstrou que o método autoetnográfico

pode permitir a esta abordagem consolidar a relação entre os seus pressupostos reflexivos a nível epistemológico e os seus compromissos normativos e praxeológicos. Colocar as experiências e predisposições do autor como ponto de partida, permite-nos apreciar de uma forma mais sincera e sistemática as práticas securitárias que permeiam o nosso quotidiano, os mecanismos através dos quais o nosso olhar sobre a segurança é condicionada por mecanismos disciplinares, bem como o facto de que os sujeitos de insegurança não são seres distantes que devem ser salvos mas alguém com quem estamos relacionados ética e afetivamente.

Não somos responsáveis por esses grupos nem somos nós que devemos definir o que é certo e errado para os mesmos. Somos responsáveis pela forma como tratamos e retratamos a sua vida e pelo impacto que esse retrato pode ter na sua condição. A autoetnografia é um recurso privilegiado para ajudar os estudantes a ativar um compromisso emancipatório nos seus próprios termos e desenvolver, por si próprios, uma sensibilidade crítica sobre o mundo. Ser fiel ao compromisso crítico requer democratizar o estudo da segurança e ampliar a sua transparência. A etnografia colaborativa e a autoetnografia permitem-nos revelar as dimensões iterativas, relacionais e emocionais de importância crucial ao projeto emancipatório. Neste sentido, incorporar os recursos metodológicos oferecidos pela etnografia crítica na leitura e prática da segurança como emancipação amplia definitivamente o potencial analítico, normativo e transformativo desta abordagem. Ao fazê-lo, expandirá inevitavelmente a capacidade reconstrutiva dos estudos críticos de segurança.

Referências Bibliográficas

Aradau, Claudia and Jef Huysmans (2013), “Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts”, *European Journal of International Relations*, 20(3), 596-619.

Basu, Soumita (2011), “Security as emancipation: A feminist perspective”, in J. Ann Tickner and Laura Sjoberg (org.), *Feminism and international relations: conversations about the past, present, and future*. London and New York: Routledge, 108-113.

Basu, Soumita and João Nunes (2013), “Security as emancipation”, in Laura J. Shepherd (org.) *Critical Approaches to Security: An introduction to theories and methods*. London and New York: Routledge, 63-76.

Bleiker, Roland, David Campbell, Emma Hutchison and Xzarina Nicholson (2013), “The visual dehumanisation of refugees”, *Australian Journal of Political Science*, 48(4), 398-416.

- Booth, Ken (1991), "Security and Emancipation," *Review of International Studies*, 17(4), 313-326.
- Booth, Ken (1997), "Security and the Self: Reflections of a Fallen Realist", in Keith Krause and Michael C. Williams (org.) *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 83-120.
- Booth, Ken (2007), *Theory of World Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Browning, Christopher S. e Matt McDonald (2011), "The future of critical security studies: Ethics and the politics of security", *European Journal of International Relations*, 19(2), 23-255.
- Bunzl, Matti (2005), "Anthropology Beyond Crisis: Toward an Intellectual History of the Extended Present." *Anthropology and Humanism*, 30(2), 187-195.
- Dauphineé, Elizabeth (2010), "The ethics of autoethnography", *Review of International Studies*, 36(3), 799-818.
- Denzin, Norman K. (2003a), "Performing [Auto] Ethnography Politically", *The Review of Education, Pedagogy and Cultural Studies*, 25(3), 257-278.
- Denzin, Norman K. (2003b), *Performance Ethnography: Critical Pedagogy and the Politics of Culture*. Sage: London.
- Doty, Roxanne Lynn (2004), "Maladies of our souls: identity and voice in the writing of academic international relations", *Cambridge Review of International Affairs*, 17(2), 377-392.
- Doty, Roxanne Lynn (2010), "Autoethnography - making human connections", *Review of International Studies*, 36(4), 1047-1050.
- Ellis, Carolyn (1991), "Sociological introspection and emotional experience", *Symbolic Interaction*, 14(1), 23-50.
- Ellis, Carolyn (2004), *The ethnographic I: A methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press.
- Ellis, Carolyn (2007), "Telling secrets, revealing lives: Relational ethics in research with intimate others", *Qualitative Inquiry*, 13(1), pp. 3-29.
- Farmer, Paul (2013), *To Repair the World*. Berkeley: University of California Press.
- Fassin, Didier (2017), *If Truth Be Told: The Politics of Public Ethnography*. Durham: Duke University Press.
- Fluehr-Lobban, Carolyn (2013), *Ethics and Anthropology: Ideas and Practice*. Maryland: AltaMira Press.
- Geertz, Clifford (1988), *Works and lives: The anthropologist as author*. Stanford: Stanford University Press.
- Holmes, Douglas R. and George E. Marcus (2008), "Collaboration Today and the Re-Imagination of the Classic Scene of Fieldwork Encounter", *Collaborative Anthropologies*, 1, 81-101.
- Johnson, Heather L. (2013), "The other side of the fence: reconceptualizing the "camp" and migration zones at the borders of Spain", *International Political Sociology*, 7(1), 75-91.
- Johnson, Heather L. (2016), "Narrating Entanglements: Rethinking the Local/Global Divide in Ethnographic Migration Research", *International Political Sociology*, 10(4), 383-397

- Krause, Keith e Michael C. Williams (org.) (1997), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. London: UCL Press.
- Lassiter, Luke Eric (2005), “Collaborative Ethnography and Public Anthropology”, *Current Anthropology*, 46(1), 83-106.
- Liebenberg, Linda (2018), “Thinking Critically About Photovoice: Achieving Empowerment and Social Change”, *International Journal of Qualitative Methods*, 17(1), 1-9.
- Lowenhneim, Oded (2010) “The ‘I’ in IR: an autoethnographic account”, *Review of International Studies*, 36(4), 1023–1045.
- Marcus, George E. and Michael M. J. Fischer (1986), *Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press.
- Naumes, Sarah (2015), “Is all ‘I’ IR?”, *Millennium*, 43(3), 820-832.
- Neumann, Cecilie Basberg and Iver B. Neumann (2015), “Uses of the Self: Two Ways of Thinking about Scholarly Situatedness and Method”, *Millennium*, 43(3), 798-819.
- Nunes, João (2012), “Reclaiming the political: Emancipation and critique in security studies”, *Security Dialogue*, 43(4), 345-361.
- Nunes, João (2014a), *Security, Emancipation and the Politics of Health: A new theoretical perspective*. Abingdon: Routledge.
- Nunes, João (2014b) “Questioning health security: Insecurity and domination in world politics”, *Review of International Studies*, 40(5), 945-947.
- Roberts, David (2018), “The Message Is the Medium’: Evaluating the Use of Visual Images to Provoke Engagement and Active Learning in Politics and International Relations Lectures”, *Politics*, 38(2), 232–49.
- Ruby, Jay (1992) “Speaking for, speaking about, speaking with, or speaking alongside: An anthropological and documentary dilemma”, *Journal of Film and Video*, 44(1-2), 42-66.
- Salter, Mark B. and Can E. Mutlu (org.) (2013), *Research Methods in Critical Security Studies: An introduction*. Abingdon: Routledge.
- Shepherd, Laura J. (org.) (2013), *Critical Approaches to Security: An introduction to theories and methods*. Abingdon: Routledge.
- Sutton-Brown, Camille A. (2014), “Photovoice: A Methodological Guide”, *Photography & Culture*, 7(2), 169–186.
- Tedlock, Barbara (1991), “From Participant Observation to the Observation of Participation: The Emergence of Narrative Ethnography”, *Journal of Anthropological Research*, 47(1), pp. 69-94.
- Tedlock, Barbara (2008), “The observations of participation and the emergence of public ethnography”, In Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (eds) *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 467-482.
- Vaughan-Williams, Nick and Daniel Stevens (2016), “Vernacular theories of everyday (in)security: The disruptive potential of non-elite knowledge”, *Security Dialogue*, 47(1), 40-58.
- Vrasti, Wanda (2008), “The Strange Case of Ethnography and International Relations”, *Millennium*, 37(2), 279–301.

Wang, Caroline and Mary Ann Burris (1997), "Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment", *Health Education & Behavior*, 24(3), 369–387.

White, Shirley A. (2003), *Participatory Video: Images that Transform and Empower*. New Delhi: Sage.

Wyn Jones, Richard (1999), *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner.